

Comissão vota hoje o crédito para que a União role dívida dos estados

A Comissão de Orçamento do Congresso vota hoje pedido de crédito suplementar de Cr\$ 72,1 trilhões para que a União faça a rolagem da dívida de estados e municípios. O projeto deu entrada no Congresso no dia 2. O parecer do relator da matéria, deputado Mussa Demes (PFL-PI), é pela aprovação. Se não houver **quorum**, o projeto será enviado para o plenário do Congresso, pois hoje é o último dia para apreciação de pedidos de verbas suplementares na Comissão de Orçamento.

Conforme acordo das lideranças, dos mais de cem projetos enviados pelo Executivo com pedido de verbas, 25 poderão ser votados hoje, a partir das 16h, na Comissão de Orçamento. Entre eles, a liberação de Cr\$ 400 bi-

lhões para o Ministério da Agricultura; Cr\$ 234 bilhões para o Ministério do Bem-Estar Social; Cr\$ 70 bilhões para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE); Cr\$ 55 bilhões para o Ministério da Cultura e Cr\$ 32 bilhões para o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER).

Entre os projetos que não tiveram acordo de liderança — uma última tentativa de desobstrução da pauta será feita hoje de manhã — estão pedidos cerca de Cr\$ 190 trilhões para as operações oficiais de crédito e encargos financeiros da União; Cr\$ 5,2 trilhões para o Inamps e para o Fundo de Assistência ao Trabalhador (FAT); Cr\$ 1 trilhão para o

FNDE; e Cr\$ 921 bilhões para os ministérios do Exército e da Marinha.

Os parlamentares que integram a Comissão de Orçamento queixam-se muito de que o Executivo só envia os pedidos de crédito suplementar em cima da hora, o que impede um exame mais apurado de cada projeto. Durante o governo Collor chegou a ser feito um acordo entre a Comissão de Orçamento e a Secretaria do Planejamento, para que nenhum pedido fosse enviado após 31 de outubro. No governo Itamar isto foi derrubado. Mas os parlamentares também têm responsabilidade nestes casos de atraso dos pedidos. Entre os projetos que serão votados hoje há muitos que foram enviados ao Congresso em julho, agosto e setembro.

CORREIO BRAZILIENSE

75 DEZ 1992